



UnB

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação Física – FEF
Curso de Educação Física Licenciatura

RENAN MESQUITA SELESTINO

EM BUSCA DA LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:

Considerações críticas a regulamentação da profissão.

Brasília

2021

RENAN MESQUITA SELESTINO

**EM BUSCA DA LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
Considerações críticas a regulamentação da profissão.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Educação Física, pelo curso de Educação Física licenciatura da Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: Prof. Dr. Jonatas Maia da Costa

Brasília

2021

RENAN MESQUITA SELESTINO

**EM BUSCA DA LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
Considerações críticas à regulamentação da profissão.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Educação Física, pelo curso de Educação Física licenciatura da Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: Prof. Dr. Jonatas Maia da Costa

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jonatas Maia da Costa
Universidade de Brasília – UnB
Orientador

Prof. Dr. Daniel Cantanhede
Behmoiras
Universidade de Brasília - UnB

Prof. Rafael Duarte de Souza
Universidade de Brasília – UnB

RESUMO

Este estudo aborda como tema a legitimação da Educação Física Escolar e as consequências que a regulamentação da profissão de Educação Física traz para o ambiente educacional, em específico os impactos na busca por uma legitimação de um componente curricular marginalizado e muitas vezes secundarizado em instituições educacionais.

A crítica desta pesquisa percorre sobre a utilização da Educação física e os elementos da cultura corporal como instrumento alienante sobre as relações sociais em conjunto com avanços neoliberais, como é a regulamentação da profissão e como contribuem para a perpetuação de um cenário crítico para a Educação Física Escolar.

A principal chave para uma mudança efetiva neste cenário perturbador ao qual a Educação Física no ambiente escolar se encontra, é alteração do comportamento da classe dos professores em sala de aula e no ambiente educacional de modo geral, afim de transferir uma maior evidência político-social para esta disciplina e não apenas segregá-la a aspectos biopsicológicos.

Palavras-chave: Legitimação. Educação Física Escolar. Regulamentação da profissão.

ABSTRACT

This study approaches as theme the legitimation of Physical Education in the school environment and about the consequences of the professional regulation, in specific, the impacts of a search for a legitimation of a marginalized and distant curricular component in Brazilians educational institutions.

The critique from this research pervades in the use of Physical Education and body culture elements with the neoliberal advances as an alienating instrument to social relationships and how this contributes for a Physical Education`s critical scenario perpetuation.

The most important thing to really change the Physical Education`s critical scenario is a behavioral change from the class of teachers, not only in class but in all education environment in order to give more political and social evidence and not just segregating it into biopsychological aspects.

Key-words: Legitimation. School Physical Education. Professional regulation

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
2 REGULAMENTAÇÃO E O CURRÍCULO DE FORMAÇÃO	07
2.1 IMPACTOS DA REGULAMENTAÇÃO NO PROCESSO EDUCACIONAL	09
2.2 IDENTIDADE CURRICULAR E LEGITIMIDADE.....	12
2.3 A MERCANTILIZAÇÃO DO CORPO E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	22
3 Considerações finais	24
4 Referências bibliográficas.	26

1. Introdução

O pensamento coletivo, foi um dos pilares para o surgimento das primeiras comunidades, para o desenvolvimento humano e sua evolução. Quando falamos de sociedade a principal coluna que sustenta o pilar do compartilhamento de conhecimentos e experiências é a educação, a escola é parte integrante do processo de desenvolvimento social e intelectual.

Em contrapartida, as relações de trabalho e a luta de classes surgem ao longo dessa evolução com a formação e consolidação do sistema capitalista, promovendo ainda mais a separação entre os homens através das relações de competição ao invés da cooperação.

A Educação Física, dentro de seu processo histórico, surgiu para manter um pensamento higienista, eugênico e hegemônico, fruto da manutenção da classe burguesa dentro do processo industrial e militar. Com influências das ginásticas, primeiramente a alemã, que traziam raízes europeias para dentro da perspectiva de adestramento físico, em tese, para a defesa da pátria na construção de um patriotismo militar para os homens, e a geração de proles saudáveis para as mulheres, além da classe trabalhadora que também estava inserida nesta perspectiva da Educação Física, como consequência ter sua mão de obra explorada pela classe dominante.

Na esfera educacional, de forma a reproduzir o que era imposto na sociedade, preocupados com a eugeniização da raça brasileira, o caráter higiênico era predominante.

A educação física, surgida na criação de sistemas nacionais de ensino típicos da sociedade burguesa dos séculos XVIII e XIX, foi justificada pelos objetivos hegemônicos de massificar a cultura, os princípios e os valores da sociedade capitalista que então emergia. Ao longo da história, a educação, e, portanto, a Educação Física serviu aos interesses hegemônicos, consolidando, mediante a sociedade civil, construção, manutenção e reprodução do sistema capitalista (DA SILVA, 2004, p.81).

Este estudo busca abordar como a regulamentação da profissão de Educação Física, dada pelo sistema CONFED/CREF'S e sua inserção no âmbito escolar, influencia o processo educacional e a tentativa de valorizá-la como componente curricular, este processo político e histórico será contextualizado de maneira cronológica.

Esta pesquisa também busca analisar os impactos e desdobramentos da regulamentação e as suas justificativas, para com o âmbito educacional, visto que a Educação Física Escolar sofre até os dias atuais com a desvalorização perante os demais componentes curriculares, buscando também relacionar uma nova perspectiva da Educação Física atrelada a aspectos sociais como fonte para recriar um novo cenário.

A resistência contra a deslegitimação da Educação Física no âmbito escolar é uma das características desta pesquisa, ao lado da fuga ao tecnicismo e a favor do uso desta disciplina como instrumento de conscientização social e construção do pensamento crítico, contra sua utilização como instrumento alienante na contemporaneidade.

Portanto, os impactos das transformações do mundo do trabalho e das políticas neoliberais no campo educacional e da formação humanas sustentam um processo de subordinação do trabalhador aos princípios perversos da sociedade do mercado, que se efetiva mediante a delimitação dos conteúdos e da gestão do processo educativo. (DA SILVA, 2004 p.78)

Retratamos a utilização da Educação Física escolar como instrumento político e mercantilista, elucidando o papel pouco claro do sistema CONFED/CREFES nas atividades escolares e o modo como tentam legitimar a Educação Física, ausente de debates e discussões com professores da área, trazendo impactos também na formação acadêmica de novos professores.

Buscamos demonstrar como as políticas neoliberais do sistema CONFED/CREFES afetam o crescimento e o desenvolvimento de uma Educação Física que esmiúça o cultivo do pensamento crítico sobre as relações sociais e sobre cultura corporal.

As circunstâncias que incentivaram o desenvolvimento desta pesquisa, são oriundas da desvalorização da Educação Física como componente curricular e das ações descendentes de políticas neoliberais que afetam o desenvolvimento de uma educação que vise o coletivo social.

A regulamentação da profissão de Educação Física, trouxe um aprofundamento ao debate entre forças progressistas e conservadoras na área, argumentos e questionamentos presentes neste debate, nos traz um olhar crítico à formação de professores e profissionais de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), argumentaremos também sobre o currículo de formação acadêmica.

Quando trabalhamos com cultura corporal, práticas corporais e motricidade humana, vamos além de uma perspectiva motora, chegamos ao ponto de trabalhar a cultura e as diversidades sociais através das práticas corporais em relação à escola e sociedade, levando em conta o papel do professor como principal personagem a favor de uma nova face da Educação Física.

Este trabalho se caracteriza em uma pesquisa exploratória, de revisão bibliográfica e documental, com busca de artigos científicos e livros (obras de divulgação) publicados em periódicos nacionais (revistas e impressos diversos), teses e dissertações que abordem o tema, é através deste modo de pesquisa que somos capazes de analisar os acontecimentos e as abordagens críticas e favoráveis ao assunto em questão.

O estudo tem como desígnio prover maior familiaridade com o tema Legitimação da Educação Física Escolar e a presença do conselho profissional no ambiente educacional como algo que afeta além da classe dos professores a classe acadêmica, principalmente os futuros formandos em licenciatura, tornando-o mais evidente.

A abordagem característica do texto é qualitativa, que como método torna-se necessário, a identificação e sintetização das ideias-chaves e uma interpretação dos resultados para seguirmos uma organização lógica do assunto e uma ordem cronológica dos fatos, realizando um aprofundamento histórico e político dos textos bibliográficos, documentos e livros para que seja entendido e interpretado de maneira crítica o atual cenário da Educação Física Escolar e a maneira como querem alcançar a legitimação desta disciplina.

Este trabalho tem como objetivo verificar a relação entre a regulamentação da profissão e a legitimidade da Educação Física Escolar, questionando seu papel social e o impacto no ambiente educacional, deixando claro a seguinte pergunta:

Como defender a esfera da educação, dos avanços neoliberais como a regulamentação da profissão, que dificultam a legitimidade da Educação Física Escolar?

2. Regulamentação e o Currículo de formação

A regulamentação, foi uma conquista ao olhar do lado de quem batalhou para sua concretização, com a argumentação de que a atuação de indivíduos sem formação dinamizava atividades para a sociedade e que acarretavam malefícios aos praticantes pelo desempenho mal inadequado de leigos. (STEINHILBER, 1998).

Nós, profissionais de Educação Física, nos indagávamos sobre a exigência feita a estes profissionais que atuavam, ministrando atividades físicas e desportivas, mormente em academias, clubes e condomínios e outros estabelecimentos similares. Que compromissos e responsabilidades com a sociedade tinham esses indivíduos, na sua maioria denominados inadequadamente, de professores de Educação Física? (STEINHILBER, 1998, p. 24).

Este processo iniciou-se nos anos quarenta, Era Vargas em que a educação física lutava por um espaço na sociedade, dividindo-se em três fases. A primeira se deu com as associações de professores de Educação Física (APEF'S), em que profissionais da área manifestavam a necessidade de uma regulamentação da profissão de Educação Física, de modo tímido com quem manifestava interesse e necessidade, mas sem ações concretas. Um dos motivos pelo qual este processo foi impulsionado, está na criação do Movimento nacional pela regulamentação dos Profissionais de Educação Física, trazendo uma maior divulgação e mobilização em todo território nacional.

A segunda fase está na tramitação do projeto de lei nº4559 de 30 de outubro de 1984 (Brasil, 1984) relativo à Regulamentação vetado pelo então presidente da época José Sarney na década de 80. A terceira fase se caracteriza pelo resultado concreto, tempos depois, em noventa e oito, quando a lei nº 9.696 de 1 de setembro de 1998 (Brasil, 1998) foi promulgada pelo então presidente da época Fernando Henrique Cardoso, sendo publicada no Diário Oficial da União em 2 de setembro de 1998.

Como justificativa para a criação deste instrumento jurídico que é a regulamentação da profissão, bem como forma de fiscalização e regulamentação, foi a preocupação com a atuação dos leigos como dito anteriormente, pessoas sem formação em ambientes que deveriam ser de exclusividade do profissional de Educação Física, resguardando a saúde e o bem-estar da população brasileira, com o objetivo de ampliar a área de atuação do profissional e consequentemente, também o mercado de trabalho.

Quando falamos de regulamentação e área de atuação do profissional, devemos ter um olhar para o currículo de formação do profissional e a divisão entre licenciatura e bacharelado, pois é algo que nos diz a área de atuação dos graduados em Educação Física, e isto se insere dentro de um processo histórico que ocasiona impactos ao ambiente educacional.

Para entendermos esse processo histórico devemos olhar para o primeiro programa civil do curso de educação física, do curso da Escola de educação física de São Paulo, desenvolvido em 1931, que somente saiu do papel e foi dado seguimento em 1934. Os aspectos biológicos e motores relacionados aos exercícios era a sua principal característica, apresentava também “estudo dos processos pedagógicos e de desenvolvimento do aluno”, porém, de forma a aprimorar os educativos de movimento e exercício, que eram o principal foco da época.

A constituição de 1937 trouxe a obrigatoriedade da educação física para as escolas, trazendo a reivindicação de um currículo mínimo para a graduação. E através do decreto-lei nº 1.212 de 2 de maio de 1939 (Brasil, 1939) que o curso passa a apresentar um conjunto de disciplinas básicas e um centro de matérias específicas em função da modalidade de atuação profissional ansiada em paralelo a exigência de diploma de graduação para exercer a profissão.

Em 1945 houve a revisão do currículo, em que a formação do professor teve um caráter maior de importância dentro da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (Brasil, 1961) que fixa as Diretrizes e Bases da educação nacional, trazendo para a Educação Física uma garantia maior na formação cultural e profissional dos professores. Sendo proposto outro currículo em 1968 com a reforma universitária devido a instituição do Governo militar à época, já em 1987 ocorre a divisão entre licenciatura e bacharelado.

2.1 Impactos da Regulamentação no processo Educacional

Quando pensamos no atual cenário da Educação Física Escolar relacionada à sua legitimidade e sua “falta de importância”, observamos aspectos e fatores que contribuem significativamente. Segundo da Silva (2004), as políticas neoliberais, as transformações do mundo do trabalho e a regulamentação da profissão causam impacto na organização coletiva dos professores da área e na legitimidade da Educação Física.

A alternativa do neoliberalismo impõe uma série de transformações nos âmbitos teóricos, econômicos, ideológicos, ético-políticos e educacionais que buscam renovar as forças de um capitalismo decadente.

Referindo-se mais especificamente ao campo educacional, a partir deste sedimentam-se as crises econômicas, políticas, teóricas, ideológicas, que, sob a égide do economismo incorporado à educação pela *tese do capital humano*, perfaz um conjunto de medidas que amolda a educação ao projeto conservador e autoritário das elites brasileiras. (DA SILVA, 2004, p.82).

Essa alternativa do neoliberalismo acarreta transformações nos setores econômicos, teóricos, ideológicos, ético-políticos e educacionais que buscam renovar as forças de um capitalismo decadente segundo da Silva (2004).

A lei que regulamenta a profissão Educação Física, compreendida como um dos tentáculos do avanço das políticas neoliberais sobre a área, constitui um marco histórico e um ponto de partida para refletir sobre as tensões da pergunta: profissional indivíduo ou professor categoria? A partir dos espaços corporativos que se destinam a lógica do mercado, os professores se fortalecem em sua organização cotidiana ou se enfraquecem pela fragmentação? Os professores de Educação Física têm organizado bases realmente fundamentadas para legitimar esta prática social no interior da escola? (DA SILVA, 2004, p. 78).

A crítica para com as ações do sistema CONFEF/ CREF's no sistema de ensino, especificamente no estado de Goiás, segundo da Silva (2004) se dá pela volta dos traços dos esforços para regulamentar a profissão, que se consistiu na falta de debates com caráter democrático com os professores sobre sua função, desconhecendo sua real face, porém, enxergam no discurso sedutor da nova direita a possibilidade de resolver os problemas e obter um status de importância aos professores marginalizados na escola.

Um dos pontos importantes para a legitimação da Educação Física é a organização coletiva dos professores, frente à presença do Sistema CONFEF/ CREF's no ambiente educacional, em lutas sindicais e na administração das decisões escolares, fato criticado por da Silva (2004), que em tese, os ataques neoliberais caracterizam a Educação Física como profissão liberal que individualiza e trazem características atomistas e corporativas para dentro do ambiente educacional e para os trabalhadores de âmbito geral.

Essa (in) consequente integração dos professores de Educação Física como socialmente relevante vem sendo “substituída” pela tese do Confef de profissionalizar a categoria, sob os auspícios do conservantismo neoliberal em defesa principalmente da ética do livre mercado, na qual está compreendida como a essência do Sistema Confef/Cref, costumeiramente mascarada. Essa conjuntura retrocede a atuação dos professores de Educação Física na luta coletiva dos trabalhadores. (DA SILVA, 2004, p.83).

Na formação acadêmica dos alunos de Educação Física, principalmente do curso de Licenciatura há uma visão ingênua e de pouca importância sobre o papel do sistema CONFEF/CREF'S, não sendo claro o papel deste nas escolas e sim, um maior relacionamento com as atividades relacionadas ao campo de trabalho do bacharelado, porém, além dos alunos, os professores nas escolas também compartilham desta visão, com algumas exceções, devido à marginalização dos professores em relação às decisões escolares. Segundo da Silva (2004) “...Visão esta criada por um autoritarismo disfarçado, materializado em ações antidemocráticas e cínicas...”

O papel dos professores e o interesse destes, relaciona-se não apenas às atividades escolares, mas também à categoria profissional.

De Oliveira (1999), questiona em sua tese “Existe espaço para o Ensino de Educação física na escola básica?” o papel do educador e a percepção perante sua própria prática, em que, desconsidera-se por completo o elemento humano, no sentido de sua totalidade predominando ainda no ambiente escolar uma abordagem naturalista, acrítica e a-histórica, ou seja, reduz o

homem à condição de ser natural, apenas biológico, negando a Educação Física como uma prática social.

Segundo de Oliveira (1999) ainda no contexto de corporalidade, remete a importância da Educação Física como uma das principais ferramentas para abordar temas que dentro do comunicar-se e relacionar-se com o mundo estão implícitos na educação do corpo.

Em nossos currículos escolares “quem” ou “o quê” aborda as questões referentes aos preconceitos raciais, às divergências étnicas, aos conflitos de classe manifestos no corpo, às relações de gênero e à definição dos papéis sexuais no contexto societário, à violência, à sexualidade, ao consumo de drogas? Não são essas questões prementes no modelo de sociedade que desenvolvemos? Não são questões a que estão expostos os sujeitos em nossa cultura, principalmente nossos educandos? Não são questões que conformam novas formas de relação e convívio social? Não são relações que se manifestam explicitamente através de práticas corporais? Se a resposta para essas questões for “sim”, creio que a escola tem um papel fundamental na sua condução e, dentro da escola, a Educação Física é a disciplina, por excelência, para sua abordagem. Se a resposta for “não”, acredito que a Educação Física tende ao desaparecimento nos currículos escolares. Isso porque são claras as referências a uma saturação por parte dos educandos do tradicional modelo esportivo, hegemônico ainda hoje no interior da escola, ainda que com nuances mais suaves (DE OLIVEIRA, 1999, p. 124).

Outro aspecto da Educação Física é sua multidisciplinaridade que traz abordagens biológicas, antropológicas, sociológicas, psicológicas, filosóficas e política das práticas corporais como manifestação humana que influenciam a dinâmica das aulas no ambiente escolar. Em outros estudos revisados como o de DA SILVA (2004), que criticam o papel do professor, especificamente na cidade de Goiânia, em que se observa uma prática descomprometida, isolada e distanciada da realidade, predominância de práticas marcadas pelo deixar fazer (*laissez-faire*), atendendo interesses imediatos dos estudantes, principalmente aqueles que apresentam facilidades com os esportes, contribuindo para a deslegitimação da disciplina como componente curricular.

Contudo, a Regulamentação da profissão se apresenta como uma possibilidade para ampliar o mercado de trabalho, ideia refletida nas palavras de VAZ (2001) “... em outras palavras legitimam, sem mais, a produção capitalista, uma vez que tornam o próprio trabalho sua figura primeira e essencial, a mercadoria.”

De acordo com Both (2011, p. 60) Citado por Iora, da Silva Sousa e Prietto (2017, p.462) a disciplina Educação Física perpassa por uma perda de centralidade no âmbito educacional, se tornando parte de um mercado de serviço precário e terceirizado que se direciona à lógica mercantilista.

“Um estudo que demonstra claramente isso é o de Both (2011, p. 60), que, de maneira sintética, analisou as mediações das mudanças no mundo do trabalho, no marco da luta de classes e na EF. O autor, em seus estudos, aponta a perda da centralidade do componente curricular da EF no âmbito educacional e alerta para a realidade da EF como parte de um mercado de “[...] prestação de serviços, terceirizado e precário, com poucos direitos trabalhistas que se concentra na lógica da privatização e da mercadorização dos conteúdos da Cultura Corporal” (LORA; DA SILVA SOUSA; PRIETTO, 2017, p. 462).

Uma comparação e uma relação feita por Vaz (2001) em seu texto “Regulamentação da profissão: desejos e mal-estares”, compara o que está escrito nos estatutos do CONFEF, por exemplo: “... poderá intervir em qualquer CREF Conselhos Regionais de Educação Física desde que seja indispensável ao restabelecimento da normalidade administrativa e financeira ou a garantia da efetividade do princípio da hierarquia institucional. (Artigo 52) ”. Com discursos das ditaduras latino-americanas, que se preocupavam em restaurar a “ordem”, a “normalidade” e acabar com a “anarquia”. Fato este ocorrido devido ao tão presente conservadorismo, autoritarismo e vontade de poder na Educação Física.

A Regulamentação da profissão contribui para a desqualificação do trabalho pedagógico escolar em detrimento de outras ocupações, é talvez não exatamente uma decorrência, mas uma das mais fortes expressões que coexistem junto à regulamentação.

Nas escolas, muitas vezes desrespeitados pelos outros professores, coordenadores, e diretores, que frequentemente enxergam a Educação Física como atividade de ocupação do tempo “liberação de energia” ou qualquer coisa semelhante. Nas academias nem sempre os clientes (e as clientes) se preocupam se o professor é ou não graduado, mas se é “cativante”, “carismático”, se tem o corpo esculpido – porque há de ser um espelho para alunos e alunas, que devem, por seu corpo, admirá-lo, invejá-lo, desejá-lo, se explica e corrige bem os movimentos técnicos. (VAZ, 2001, p. 6).

Este pensamento crítico em relação à Regulamentação abre margem para um outro tema deste presente estudo que será trabalhado posteriormente que é a Mercantilização do Corpo.

2.2 Identidade curricular e legitimidade

Alguns paradigmas marcam até os dias atuais a prática pedagógica da Educação Física na Educação básica, como por exemplo, conceitos relacionados às teorias não críticas ou crítico reprodutivas concebidas por Demerval Saviani (2018), esses conceitos se relacionam à aptidão

física ou a pedagogia tecnicista, travando um pensamento acrítico e equivocado sobre seu papel social, importância e sua própria identidade como componente curricular. A busca por sua identidade enquanto disciplina é a busca pela legitimidade.

As Leis educacionais voltadas para a Educação Física Escolar demonstram que os paradigmas citados no parágrafo anterior, estão enraizados também em suas elaborações.

Como forte exemplo, o Art. 26º, parágrafo 3º da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Brasil,1996) que torna facultativa a prática de educação física para alguns alunos em situações específicas, revela que este ato de facultar deixa claro um pensamento fruto de uma construção histórica e acrítica da Educação Física e traz dentro de um processo cultural, certa hierarquização entre as disciplinas.

Entre essas situações específicas, as que mais se destacam, primeiramente a que está relacionada ao cumprimento da jornada de trabalho igual ou superior a seis horas e a outra que relaciona a prestação de serviço militar inicial ou que em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física (elucidando novamente uma perspectiva militarista sobre a educação física que justifica-se pela semelhança entre o trabalho físico militar e a Educação Física escolar, e aquele que inserido no mercado de trabalho já não cabe a escola e sim a si mesmo a manutenção da sua força de trabalho).

A desvalorização da Educação Física Escolar se concretiza ainda mais, pela redução da carga horária nas etapas finais do ensino fundamental e do ensino médio, reduzida à duas horas-aula semanais pelo Projeto Lei do Senado Federal nº 249 de 2012 (Brasil, 2012) que alterou o Art. 26º parágrafo 3º da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Brasil,1996) evidenciando como as aulas de Educação Física estão sendo segregadas, reforçando uma hierarquia dos saberes entre as disciplinas da Educação Básica.

O sistema CONFED/CREFs no ano de 2014, através dos organizadores Ricardo Catunda, Sergio Kudsi Sartori e Elisabete Laurindo, compreendendo também essa desvalorização da Educação Física escolar, tenta legitimá-la através de visões a-históricas do papel social, focando seus argumentos em visões biológicas e bio-psicológicas no artigo “Recomendações para a Educação Física Escolar”.

Nessa perspectiva, a escola desempenha um papel fundamental como agente de transformação, agregando-se a outros segmentos sociais (família, clube, academia, sistemas de saúde, religião, entre outros) como aliada à promoção da saúde. Nesse sentido, um dos argumentos incontestáveis à manutenção e valorização da Educação Física no ambiente escolar está intrinsecamente relacionado a essa temática, uma vez que este conceito está vinculado ao estilo de vida ativo e às decisões individuais, ou

seja, é um processo educativo que se concentra ao longo dos anos. (CATUNDA; SARTORI; LAURINDO, 2014, p. 34).

A presença do sistema CONFEF/CREF no ambiente escolar, revigora ainda mais um ideal acrítico e irreflexível sobre aspectos político-sociais, abraçando aspectos biológicos como principal tema para uma possível legitimação, evitando assim uma abordagem questionadora da realidade social, dificultando ainda mais a compreensão da identidade própria da Educação Física, deixando claro que deve -se seguir as demandas da sociedade capitalista, regras e avanços neoliberais.

No contexto escolar, a Educação Física é responsável por compartilhar conhecimentos, desenvolver valores e princípios, além da prática das modalidades esportivas e seus desdobramentos: respeito às regras, fundamentos, fair play. Concomitantemente, prepara o aluno para a compreensão do fenômeno esportivo, orientando-o sobre contextos e locais específicos de cada modalidade. Esse conhecimento é importante para potencializar a prática regular de atividade física, contribuindo dessa forma para a promoção da cultura do movimento. (CATUNDA; SARTORI; LAURINDO, 2014, p. 36).

O retrocesso que se caracteriza pela presença do sistema CONFEF/CREF relacionado ao papel dos professores em sala de aula, afasta e tenta anular o movimento questionador (RENOVADOR) das décadas de 80 e 90, que trouxe as Ciências humanas e sociais para o campo da Educação Física, principalmente princípios filosóficos em torno do ser humano, fruto de um processo de redemocratização de nossa sociedade devido a saída do poder pelos militares, em que ocorre a quebra paradigmática com a aptidão física e a psicologia comportamentalista em sentido às concepções de natureza histórico – social de referencial crítico.

Uma das obras que marcam uma mudança metodológica na área da Educação Física Escolar que é fruto da ascensão das ciências humanas e sociais na disciplina é a obra publicada em 1992, “Metodologia do Ensino da Educação Física” do coletivo de autores (Lino Castellani Filho, Soares Carmem Lúcia, Celi Nelza Zulke Taffarel, Elizabeth Varjal, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht).

Esta obra reafirma que princípios filosóficos são característica dos movimentos renovadores:

Os movimentos renovadores da educação física do qual faz parte o movimento dito "humanista" na pedagogia, se caracterizam pela presença de princípios filosóficos em torno do ser humano, sua identidade, valor, tendo como fundamento os limites e interesses do homem e surge como crítica a correntes oriundas da psicologia conhecidas como comportamentalistas. Essas correntes fundamentam as teorias de como o indivíduo aprende no esquema estímulo-resposta. Os princípios das correntes comportamentalistas informam a elaboração de taxinomias dos objetivos educacionais. (CASTELLANI FILHO et al, 1992, p-35).

É de extrema importância, primeiramente contextualizar historicamente que os anos 80 foi um período marcado pelo retorno da democracia e da abertura política, onde os brasileiros voltavam às urnas para escolher seus representantes e os políticos cassados retornavam ao país e à atividade pública, este período foi de extraordinária importância para clarear o atual cenário da Educação Física.

Uma reforma partidária criou novas siglas, que expressavam uma nova configuração das forças sociais. Gradativamente, com a abertura política, repressão política menor (embora ela persista, travestida até nossos dias) e anistia dos intelectuais, emergiram novas discussões no quadro da educação em geral (e da Educação Física em particular). (LORO; DE ASSIS PIMENTEL, 2016, p. 2)

Foi a partir da década de 80, dentro do processo histórico da Educação Física que sua relação com a sociedade começou a ser debatida por influência de teorias críticas da educação, protestando sua dimensão Política e seu papel social, a Educação Física era usada para atender uma demanda da sociedade de consumo, as palavras de Medina (1983) em sua obra “*A Educação Física cuida do corpo e mente*” elucidam este papel mercantilista da Educação Física:

“[...]de repente, curtir, moldar, cuidar do corpo passou a ser moda. E mil providências foram tomadas e, claro, colocadas no mercado, para que estas mais "recentes necessidades" das pessoas fossem atendidas. Daí o surgimento de inúmeros "suportes" esportivos e de lazer, como agasalhos, camisetas, tênis, calçados especiais, quadras, raquetes, bolas e ainda: medicamentos energéticos, alimentos "naturais", revistas especializadas, maiores espaços nos meios de comunicação, grupos de dança, academias de ginástica, clínicas de emagrecimento, disseminação das atividades físicas mais exóticas e até dezenas de Faculdades de Educação Física[...]” (MEDINA, 1983, p.33).

Medina (1983) também critica o profissional de Educação Física e o seu papel social:

“[...]formado o profissional – ou mesmo antes de completar seu curso – vai como professor ou técnico em busca de mercado. E, encontrando o seu lugar, procura desempenhar fielmente a função técnica que dele se cobra. Procura dar exatamente aquilo que se pede a ele. Esse é um traço do perfil generalizado do profissional de Educação Física no Brasil[...]” (MEDINA, 1983, p.34).

Uma Educação Física que cuidasse do ser humano em todas as suas grandezas era fruto desse processo de crítica às perspectivas militares e médicas nos cenários anteriores que apenas se interessavam por aspectos biológicos que acrescia um caráter eugênico e higiênico em relação ao trabalho (capital humano) e defesa militar, sendo utilizada como instrumento alienante.

A Educação Física precisa entrar em crise urgentemente. Precisa questionar criticamente seus valores. Precisa ser capaz de justificar-se a si mesma. Precisa

procurar a sua identidade. É preciso que seus profissionais distinguem o educativo do alienante, o fundamental do supérfluo de suas tarefas. É preciso, sobretudo, discordar mais, dentro, é claro, das regras construtivas do diálogo. O progresso, o desenvolvimento, o crescimento, advirão muito mais de um entendimento diversificado das possibilidades da Educação Física do que através de certezas monolíticas que não passam, às vezes, de superficiais opiniões ou hipóteses (MEDINA, 1983, p.35).

Esta nova face da Educação Física, com perspectivas mais humanísticas começou a ser defendida dentro e fora do ambiente escolar.

A Educação Física revolucionária pode ser definida como a arte e a ciência do movimento humano que, por meio de atividades específicas, auxiliam no desenvolvimento integral dos seres humanos renovando-os e transformando-os no sentido de sua auto-realização e em conformidade com a própria realização de uma sociedade justa e livre (MEDINA, 1983, p. 81-82).

A presença do sistema CONFEF/CREF's objetiva fortemente os tentáculos neoliberais e as condições das sociedades capitalistas e afirma um descompromisso da intelectualidade com a classe dos trabalhadores.

Citados por Taffarel (2019, p.27) Bianchet, Valle e Pereira (2015) e Petras (1996), demonstram argumentos sobre o descompromisso da intelectualidade com as classes mais afetadas socialmente, ou seja, a classe trabalhadora, Gramsci (1978, apud TAFFAREL, 2019, p.27) salienta a função social dos intelectuais no desenvolvimento da cultural geral em cada indivíduo, orientando todos socialmente:

Não seremos os primeiros a questionar a entidade científica e o papel dos intelectuais. Isto foi feito por Bianchetti, Valle e Pereira (2015). Petras (1996) apresenta argumentos sobre o descompromisso da intelectualidade com a luta da classe trabalhadora. Gramsci (1978) destaca a função social dos intelectuais nas escolas humanistas, destinadas a desenvolver em cada indivíduo a cultura geral, o poder fundamental de pensar e saber se orientar na vida. O que cabe recolocar é a pergunta: Para que serve uma entidade científica diante das leis que regem o modo do capital produzir, reproduzir, destruir a vida e perante a exigência de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social? Segundo Gramsci (1978, p. 125), “O princípio unitário, por isto, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo”. Em tempos de destruição das forças produtivas cabe ao CBCE levar em consideração tais proposições. (TAFFAREL, 2019, p.27).

O Conselho Federal de Educação Física, parte do argumento de que a falta da regulamentação do profissional de Educação Física é a causa da crise no cenário da Educação Física, devido à falta de respeito com o profissional e a indefinição de mercado de trabalho, justificando assim sua busca pela legitimidade através das políticas educacionais neoliberais, relacionado com os interesses de livre mercado.

A aptidão física era a fundamental referência sobre o planejamento das aulas de Educação Física, ou seja, uma disciplina limitada às dimensões de prática corporal com referencial de saúde em seu limiar biofisiológico.

Bracht (1997) tecia críticas a aptidão física como principal objetivo em sua obra *“Educação Física e aprendizagem social”*:

A consequência disso para a ação pedagógica é de que, nas aulas de Educação Física, devemos objetivar muito mais do que a aptidão física, a aprendizagem motora, a destreza desportiva, etc.; devemos entender que o movimento que a criança realiza num jogo tem repercussões sobre todas as dimensões do seu comportamento, e mais, que esta atividade veicula e faz a criança introjetar determinados valores e normas de comportamento. Portanto, aquela ideia de que, atuando sobre o físico estamos automaticamente e magicamente atuando sobre as outras dimensões, precisa ser superada para que estas possam ser levadas efetivamente em consideração na ação pedagógica, através do estabelecimento de estratégias que objetivem conscientemente o desenvolvimento, num determinado sentido, destes outros aspectos/dimensões dos educandos. O que atualmente acontece é que, embora os objetivos da Educação Física incorporem a dimensão psicossocial, as estratégias/atividades são totalmente norteadas pelos objetivos relacionados à aptidão física, destrezas desportivas, aprendizagem motora, esperando-se que estas, automaticamente, tenham repercussão sobre as outras dimensões (BRACHT, 1997, p. 66).

Com o argumento de garantir a sociedade o direito constitucional de ser atendida na área de atividade física e esportiva por profissionais habilitados, o sistema CONFED/ CREFEs intervém na autonomia das instituições de ensino, afim de permear o descompromisso com o desenvolvimento do pensamento crítico, negando um processo histórico da evolução da emancipação humana.

E, no meio do caminho mais uma pedra, a saber, sistema Cref/Confed (Conselho Regional e Conselho Federal de Educação Física), que desempenha o papel social de braço regulador do mercado de trabalho, do Estado burguês, que se alia ao braço armado para constringer, limitar a atuação e rebaixar pela alienação, a formação e atuação dos profissionais da área de EF. Isto é evidente não só na função social expressa na lei, mas no código de ética e nas demais propostas deste Conselho autoritário e alienador da categoria dos profissionais de EF. O que aqui afirmamos pode ser comprovado perante as leis maiores que regem o Brasil, a Constituição Federal de 1988 e as leis menores que são evocadas para instituir medidas autoritárias e restritivas aos professores formados em cursos de nível superior. O Cref/ Confed está intervindo na autonomia das universidades e no direito ao trabalho dos que se formam em cursos universitários (TAFFAREL, 2019, p.41)

Ao olhar o cenário da evolução científica de estudo e pesquisa da EF emergente em Ciências humanas de acordo com a obra *“As concepções de Educação Física no Brasil”* de Castellani Filho (2013), é fácil perceber as tendências que permeavam o cenário no Brasil, que eram a biologização caracterizada pela influência médica ao longo da história e o conceito fisiológico e biológico de saúde. E também a pedagogização, emergida em contraponto a biologização, portadora de uma postura de neutralidade científica e de uma ciência apolítica e por último a Concepção histórico crítica em que relaciona a ação pedagógica em seu aspecto

político, assim determinando o ato de educar como um ato político, colocando a Educação Física a serviço da mudança estrutural da sociedade.

O pensamento hegemônico que até hoje vigora se sobressaiu sobre a materialização do projeto contra hegemônico, imaginado por aqueles que defendem uma tendência histórico-crítica, que coloca a Educação em sua essência transformadora (princípios filosóficos em torno do ser humano). A biologização e a pedagogização com fim em si mesma, se valem de concepções acríticas de filosofia da educação, ou seja, no fundamento conservador sem nenhuma referência ao contexto social. Alimentando ainda mais o modo de produção capitalista que é baseado na exploração humana e da natureza, através da servidão voluntária, substituindo o trabalhador – servo pelo trabalhador – livre perante uma sociedade contratual, e é neste contexto, que segundo Castellani Filho (2013) a escola se torna acerca da alienação, um aparelho ideológico do estado, em que veicula a ideologia dominante, impedindo o desenvolvimento da ideologia do proletariado e a luta revolucionária, referindo-se a educação como aparelho ideológico dominante.

No quadro da concepção do Sistema Dualista de Ensino, o papel da escola não é outro senão o de “impedir o desenvolvimento da ideologia do proletariado e a luta revolucionária”. Isso se considerando que “o proletariado dispõe de uma força autônoma e forja na prática da luta de classes suas próprias organizações e sua própria ideologia. Para isso ela é organizada pela burguesia como um aparelho separado da produção” (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 20).

Vale reforçar que a Educação é um instrumento de veiculação de visões de mundo e sociedade, atualmente saturado pela ideologia burguesa, em que se evidencia a disputa das direções da formação Humana e das políticas de educação no ambiente escolar.

[...] entende-se que a escola constituiu o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção do tipo capitalista. Isto porque por ela passam crianças de todas as classes sociais que recebem durante o período de permanência no ambiente escolar saberes práticos embalados na ideologia dominante. É, portanto, através dela que se dá a veiculação da ideologia dominante (CASTELLANI FILHO, 2013, p.20).

Outro aspecto que influencia a Educação Física escolar é o esporte, que necessita ser entendido em seu sentido mais amplo, além dos princípios do rendimento, ou seja, um conteúdo que pode ser trabalhado fora de uma perspectiva de competição, comparação de rendimentos, regras rígidas e sucesso esportivo, marcado pelas influências das instituições militares.

O esporte na escola se torna uma imposição social ao quesito boa forma física, o ser esportivo, e a mercantilização do corpo conduzem a escola a servir uma sociedade que problematiza não apenas os aspectos pedagógicos da educação, mas também políticos e ideológicos.

É claro que a Educação Física lançou mão, para buscar legitimidade na escola, de um amplo leque de objetivos, como: desenvolvimento do sentimento de grupo, de cooperação, da sociabilidade, da auto-confiança, do conhecimento de si, etc. etc. (ou bla, bla, bla?), objetivos que, no entanto, exercem função ideológica porque a ação pedagógica não está centrada na sua consecução, relegando-os, de fato, a “efeitos paralelos desejáveis”[...] (BRACHT, 1997, p. 25)

Segundo Bracht (1997), a busca por essa legitimação se divide em dois modelos, heterônomos e autônomos. Os modelos heterônomos buscam a argumentação em suas repercussões sociais, tendo como base teórica a antropologia filosófica e a fenomenologia, os modelos autônomos que argumentam sobre a importância pedagógica das atividades corporais em si próprias, encerram assim elementos humanos fundamentais e como base teórica trazem disciplinas científicas de teor biológico e da sociologia funcionalista.

Está em predominância a fundamentação heterônoma que define um olhar instrumentalista da Educação Física, em outras palavras, uma disciplina fomentadora da saúde através da aptidão física, desenvolvendo hábitos higiênicos e sentimento cívico que são exemplos desta estrutura.

A psicomotricidade se apresenta como vertente para fundamentalizar e instrumentalizar a Educação Física na pré-escola e anos iniciais da Educação Básica.

Em termos gerais, procurou-se legitimar a Educação Física via: a) contribuição para o desenvolvimento da aptidão física para a saúde; b) contribuição para o desenvolvimento integral da criança e, neste sentido, a contribuição (específica) da Educação Física era principalmente sobre o “domínio psicomotor” ou “motor”; c) contribuição para a massificação esportiva e detecção de talentos esportivos (a famosa base da pirâmide); d) a Educação Física trata de dimensões do comportamento humano que são básicas: o movimento e o jogo (BRACHT, 1997, p. 47) .

Alguns aspectos que segundo Bracht (1997) se classificam como positivos – funcionais que justificam fortemente a permanência do esporte competitivo na escola é a socialização através do esporte, disfarçando aspectos disfuncionais do esporte como influenciar no comportamento as normas desejadas da competição e da concorrência, contribuindo para um caráter estático e indiscutível da realidade social, assim dizendo, projetando conformistas.

O Sistema Confed/ Cref´s também tenta legitimar a Educação Física Escolar, porém essa legitimação segue um caráter biologicista quase que exclusivamente, seguindo sentido oposto ao desenvolvimento de uma Educação Física crítica e reflexiva sobre aspectos sócias, culturais e políticos, ainda que de modo autoritário impõe a obrigatoriedade de registro sobre a classe dos professores.

A obrigatoriedade de registro imposta pelo sistema CONFEF/ CREFs aos professores, através de suas atuações políticas afim de exigir o registro para fins de concursos públicos, advém de uma lógica autoritária, reflexo de uma sociedade estruturada nas rédeas de um aparelho opressor que nas sombras de um conselho não protege a classe trabalhadora, neste caso, a categoria docente. Obrigam os professores a pagarem para trabalhar para um conselho que protege a classe dominante, ou seja, a burguesia e os interesses do estado burguês.

Os ideais do sistema CONFEF/ CREFs fogem da proteção da educação como instrumento da emancipação humana, sendo assim, abraçam fatores ligados a aspectos biológicos, a aptidão física e a reprodução acrítica de regras que atendem princípios sócio – educativos, se apoiam no argumento de fiscalização para adentrar ao ambiente escolar, abrindo margem para um longo debate entre as representatividades do conselho e da classe dos professores que usam como argumento a constituição da república federativa do Brasil de 1988, constituição atual no Art. 5º, item XIII e as leis educacionais em especial a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 que já normatizam e amparam o trabalho dos professores.

O objetivo do conselho é a reserva de mercado e o corporativismo, não fazem distinção entre licenciatura e bacharelado na própria lei da criação do conselho que é a Lei nº 9696 de 1 de setembro de 1998, diferenciando a imagem de professor e profissional, reprimindo a atuação e o direito ao trabalho dos licenciados, buscando tomar este espaço político – acadêmico.

O que o atual debate em torno da Lei 9696/98 tem revelado é a disputa por intenção de projeto, que conjuga o interesse acadêmico e profissional, com possíveis mudanças imediatas, tais como a organização de uma categoria profissional, mas que possa, além disso, desembocar em projeto de fato. A hegemonia do ponto de vista da legalidade, continua com o conservantismo histórico e agora também com os neoliberais. Conquistada artificialmente (mas ainda sem legitimidade da comunidade da área) e questionada pela oposição, poderá apoiar-se nos tradicionais princípios do fisiologismo parlamentar[...] (SADI, 2000, p. 112).

Segundo da Silva (2004) entre os documentos publicados pelo sistema CONFEF/CREFs, com maior destaque está a Carta Brasileira de Educação Física ou popularmente conhecida como Carta do Confef, especificamente no item que aborda sobre a Indispensabilidade de uma Educação Física de Qualidade nas Escolas, retrata um discurso progressista mascarando a luta de classes.

O autor refere-se ainda a importância do papel do professor em se reconhecerem como integrantes da categoria profissional de educação, referindo-se a importância do engajamento na luta coletiva da categoria profissional por condições dignas de trabalho contra o atual sistema social.

O que vivenciamos muitas vezes no ambiente escolar segundo da Silva (2004) são professores desinteressados pela prática pedagógica com qualidade, influenciados pelo biologicismo e pelo esporte, apolitizados, desmotivados e acostumados com esse modelo que permeia a Educação Física escolar, sufocados por várias limitações, limitações essas como desvalorização do seu trabalho, limitações materiais e baixos salários.

É preciso que cada educador tenha bem claro: qual o projeto de sociedade e de homem que persegue? Quais os interesses de classe que defende? Quais os valores, a ética e a moral que eleger para consolidar através de sua prática? Como articula suas aulas com este projeto maior de homem e de sociedade? (CASTELLANI FILHO et al, 1992, p. 15).

O papel do professor na busca pela legitimação da educação Física no âmbito escolar é de extrema relevância, é esta classe que sofre consequências de políticas excludentes e projetos que atacam as conquistas educacionais em busca do coletivo, influenciando o retrocesso da Educação brasileira.

2.3 A mercantilização do corpo e a Educação Física Escolar

Ao longo dos anos as relações de produção perdem espaço para as relações de consumo, o capitalismo industrial evolui para o capitalismo do consumo de bens e serviços oferecidos, tudo é passível de venda atualmente, inclusive o corpo humano.

Evidencia-se na contemporaneidade uma convicção de saúde profundamente relacionada ao mercado de consumo que transpassa a mídia e a publicidade.

A publicidade é a principal via de influência na sociedade pós-moderna, é por esta via que o produto busca alcançar as necessidades do consumidor, manipulando e influenciando através do marketing sedutor.

As evoluções tecnológicas, principalmente dos meios de comunicação, fortificam as relações de consumo, criando novas formas de publicidade e aumentando seu alcance.

Nada parece escapar ao mercado e ao capital. Além disso, o capitalismo no mundo globalizado lança mão de novas estratégias. Agora, ele é favorecido pelas novas tecnologias da comunicação e mediado pela publicidade. A configuração social também mudou. A era industrial da modernidade cedeu lugar à era pós-industrial da pós-modernidade e, a sociedade que antes girava em torno da produção, atualmente gira em torno do mercado e do consumo (DOS SANTOS, MEDEROS, p. 107).

O corpo saudável preparado para as linhas de produção, o que era a principal justificativa para o surgimento da Educação Física escolar, perdeu espaço para os padrões corporais do consumo, ou seja, não há mais a preocupação com a produção e sim com consumo e capacidade de posse, mercantilizando a saúde e a beleza.

Durante o capitalismo de produção, que vigorou pelo menos até o início da década de 1960 na maior parte dos países capitalistas, o corpo entrava no mercado como força de trabalho. Pesquisava-se o corpo como força a ser domada e preservada, pois o que importava era sua capacidade de produzir. Atualmente, vivemos o capitalismo da superprodução, no qual o problema é consumir o que se produz em excesso comparativamente à necessidade. Desde então, o corpo entra no mercado como capacidade de consumir e ser consumido (VAZ, 2008, p. 42).

A sociedade contemporânea é marcada como sociedade de consumo, marcada por exageros (excessos) e pela superficialidade, esta relação se alia à uma Educação Física que atende as demandas de consumo, torna-se, portanto, um instrumento alienante.

O corpo está na dinâmica de mercado, venerado e cultuado através de padrões que contribuem para classificar o corpo como um objeto de consumo.

Medina (1983) em sua obra “*A educação Física cuida do corpo e Mente*”, relaciona o surgimento de produtos esportivos e de lazer com as novas necessidades de cuidado com o corpo, e enfatiza que o profissional de Educação Física passa a desempenhar um papel exclusivamente técnico ao qual lhe é pedido, desenvolvendo o traço do perfil generalizado do profissional de Educação Física. Este perfil generalizado caracteriza-se pelo desempenho fiel da função técnica a que lhe é cobrado socialmente.

Alguns autores, dos Santos e Mederos (2011) em seu trabalho, “*A mercantilização do corpo: mídia e capitalismo como principais agentes da promoção do consumo e do mercado*” também afirmam que os corpos contemporâneos não se livraram do processo mercadológico, ou seja, o corpo é vendável e passível de consumo.

Hoje, parece estarmos vivendo numa sociedade paradoxalmente dominada por excessos e marcada pela superficialidade. Os discursos publicitários, por certo, pegam carona nessa situação. Os estímulos em favor do consumismo devem ser seguidos em troca de promessas de felicidade. As diversas peças publicitárias asseguram que nosso dever é ser feliz, e a felicidade requer o consumo. De sorte que o crediário absorve boa parte dos orçamentos hoje em dia. Dessa forma, o mercado encontra

potencialidade suficiente para sua efetiva totalização. Atualmente, o mercado é totalitário. Ocupa todos os espaços e se apodera das mentes (DOS SANTOS, MEDEROS, 2011, p. 5).

O expansionismo do mercado, marca o esporte como outro instrumento para a mercantilização do corpo e movimento humano, o esporte na forma de espetáculo que se relaciona diretamente e indiretamente com o esporte escolar.

O esporte na contemporaneidade apresenta três manifestações diferentes como não capítulo III, Art. 3º da Lei nº 9.981 de 14 de julho de 2000, que classifica o desporto em três diferentes áreas. A primeira é o desporto Educacional, ou seja, aquele praticado no sistema de ensino que tem por finalidade o desenvolvimento integral do indivíduo, a segunda é o desporto de participação ou voluntário que se caracteriza pela promoção da saúde e da plenitude da vida social, e por fim o desporto de formação que tem por finalidade a promoção do aperfeiçoamento da prática desportiva em termos recreativos, competitivos e de alto rendimento.

O esporte espetáculo se caracteriza segundo Proni (1998, p. 85) citado por Rodrigues e Montager (2003, p. 57) como competições esportivas organizadas por ligas ou federações que reúnem atletas submetidos a intensos treinamentos e estas competições são veiculadas por meios de comunicação em massa.

Essa influência ocasionada pelos meios de comunicação através do esporte-espetáculo, chega as crianças e adolescente e conseqüentemente ao âmbito escolar, e que de acordo com Rodrigues e Montangner (2003) em estudo conjunto reafirmam o conceito ao qual enfatizamos em parágrafos anteriores, que a Educação Física hoje na maioria dos casos é utilizada como instrumento reprodutor da sociedade de consumo, no seguinte trecho:

Na perspectiva do esporte-espetáculo e sua interação com a sociedade, abordando aspectos como os meios de comunicação e a mercadorização do esporte é possível apontar para um determinado segmento social – crianças e adolescentes “potenciais consumidores” e a educação física escolar que hoje na maioria das vezes funciona como uma reprodutora desses aspectos, sem desenvolver uma análise crítica sobre esse fenômeno (EF RODRIGUES, PC MONTANGNER, 2003, P. 55).

Ainda sobre os meios de informação, Betti (2001) em sua obra “ *imagem e ação: a televisão e a Educação Física Escolar (resultados iniciais)*”, publicado nos anais do Congresso brasileiro de ciências do esporte, realça a influência dos meios de comunicação em massa no seguinte trecho: “Os meios de informação exercem influência constante e decisiva na cultura corporal de movimento, informando e ditando formas, construindo novos significados e modalidades de entretenimento e consumo em especial no caso do esporte. ”

A influência que o esporte espetáculo exerce na sociedade e conseqüentemente na instituição escolar, é um reflexo de suas relações sociais, políticas e culturais através da mídia e do marketing esportivo, levadas em sala de aula por conseqüência de discussões vazias e pobres sobre a relação entre esporte e mercado.

O sistema CONFED/ CREF's também se assemelha à linha de pensamento sobre o esporte educacional no ambiente escolar em seu documento “ Carta brasileira de Educação Física” no tópico “ Indispensabilidade de uma Educação Física de qualidade nas Escolas” item d, retrata que o esporte na escola deve seguir sob a forma do esporte-educacional se desvincilhando do esporte de alto rendimento, atendendo assim princípios sócio educativos, porém não se alinha ao desenvolvimento de uma Educação Física Crítica e reflexiva sobre a instituição esporte.

3. Considerações Finais

Legitimar tem como significado reconhecer ou ser reconhecido como legítimo e ao longo das últimas décadas observamos os modos como as tentativas de reconhecer e justificar a Educação Física Escolar se comportam, sendo uma ação relativamente complexa, político e socialmente, complicado devido a este componente curricular apresentar uma vasta multidisciplinaridade que ampliam seus campos de atuação e pesquisa.

O sistema CONFED/ CREF'S fruto do instrumento jurídico que foi a regulamentação da profissão de Educação Física, adentra o ambiente educacional de maneira abrupta, sem tomar conta dos objetivos das classes dos professores pela ausência de diálogos.

Detentor de uma visão conservadora da Educação Física, respaldada em conceitos psicobiológicos, o sistema CONFED/ CREF'S, tentam legitimar a Educação Física colaborando para um menor amparo ou quase nenhum sobre as ciências humanistas.

Desta maneira a Educação Física segue em sentido contrário a um componente curricular que seja crítico e reflexivo sobre aspectos sociais, culturais e políticos, mas em direção a uma disciplina como instrumento alienante.

O impacto da presença do sistema CONFEF/CREF'S no ambiente escolar está na repressão da atuação dos licenciados, retratando um discurso progressista e mascarando as lutas sociais, em especial a luta de classes.

A classe dos professores detém um papel de protagonismo na oposição à atuação do sistema CONFEF/ CREF'S na Educação Física Escolar, mas infelizmente como retratado por da Silva (2004), é que vivenciamos muitas vezes professores desinteressados, apolitizados e desmotivados, este cenário de desinteresse docente enfraquece a classe dos professores e favorece o retrocesso educacional.

O papel atuante dos professores de Educação Física é de extrema necessidade na busca pela legitimidade da Educação Física, pois as políticas excludentes e projetos que rompem o avanço da Educação Física Escolar como instrumento de mudança social decaem sobre esta classe, conduzindo a disciplina a um caráter acrítico.

Se faz imprescindível, professores interessados, politizados e motivados que busquem por mudanças no cenário educacional, não limitando a Educação Física a ser pautada somente na prática corporal por si só, mas ampliando seu horizonte na construção e na aprendizagem social.

4. Referências Bibliográficas:

BETTI, M. Imagem e ação: a televisão e a Educação Física escolar (resultados iniciais). In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE**. Anais, 2001.

BRACHT, Valter. **Educação Física e aprendizagem social**. Magister, 1997.

BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.212 de 2 de maio de 1939**. Cria, na universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1939]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1212.htm. Acesso em: 01 dez. 2019

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1961]. Disponível em: [L4024 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1961-1969/lei04024.htm). Acesso em: 04 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1996/lei09394.htm). Acesso em: 08 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9981 de 14 de julho de 2000**. Altera dispositivos da Lei nº 9615 de 24 de março de 1998 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: [L9981 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2000/lei09981.htm). Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 249 de 12 de julho de 2012**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, para estabelecer carga horária mínima de educação física do ensino fundamental e médio. Brasília, DF: Senado Federal, [2012]. Disponível em: [PLS 249/2012 - Senado Federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l249.htm) Acesso em: 09 out. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4559 de 30 de outubro de 1984**. Dispõe sobre reconhecimento dos profissionais de Educação Física e cria seus respectivos conselhos. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1984]. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/222518>. Acesso em: 02 dez. 2019.

CASTELLANI FILHO, Lino. **As concepções de Educação Física no Brasil**. Horizontes – Revista de Educação, v. 1, n. 2, p. 11, 2013.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. Papyrus Editora, 2013.

CASTELLANI FILHO, Lino et. al. **Metodologia do ensino de Educação Física**, 1992.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Leis, resoluções e portarias**.

Disponível em: <http://www.confef.org.br>. Acesso em: 14jun. 2019.

COTUNDA, Ricardo; SARTORI, Sérgio kudsi; LAURINDO, Elisabeth. Recomendações para a Educação Física Escolar. **Revista Educação Física – Confef**, n. 56, jun, 2015.

DA SILVA, H. L. F. Planejamento escolar e legitimidade da Educação Física após a regulamentação da profissão: Profissional – indivíduo ou professor da categoria?. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 3, n. 3, p. 77-88, 2004.

DE ALMEIDA, Marco Antonio Bettine; MONTAGNER, Paulo César; GUTIERREZ, Gustavo Luiz. A inserção da Regulamentação da profissão na área da Educação Física, dez anos depois: Embates, debates e perspectivas. **Movimento**, v. 15, n. 3, p. 275-292, 2009.

DE CAMARGO BARROS, José Maria. EDUCAÇÃO FÍSICA PROFISSÃO REGULAMENTADA. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 21, n. 2, 2000.

DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. Existe espaço para o ensino da Educação Física na escola básica?. **Pensar a prática**, v. 2, p. 119-135, Junho/junho, 1998/1999.

DE SOUSA NETO, Samuel et al. A formação do profissional de Educação Física no Brasil: Uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 2, 2004.

FENSTERSEIFEIR, Paulo Evaldo; GONZÁLES, Fernando Jaime. Desafios da legitimação da Educação Física na escola Republicana. **Horizontes – Revista de Educação, Dourados, MS**, v. 1, n. 2, p. 33-42, 2013.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. **Vozes**, 2001.

IORA, Jacob Alfredo; DA SILVA SOUZA, Maristela; PRIETTO, Adelina Lorenzi. A divisão Licenciatura e Bacharelado no curso de Educação Física: O olhar dos egressos. **Movimento**, v. 23, n. 2, p. 461-473, 2017.

LORO, Alexandre Paulo; DE ASSIS PIMENTEL, Juliano Gomes. A crise da Educação Física nos anos 1980 e os manifestos da sociologia pública. **Record: Revista de história do Esporte**, v. 9, n. 2, 2016.

MEDINA, J. P. S. **A Educação Física cuida do corpo e... “mente”**, ed. 1. Papirus Editora, 1993.

RODRIGUES, Eduardo Fantato; MONTAGER, Paulo Cesar. Esporte – espetáculo e sociedade: Estudos preliminares sobre sua influência no âmbito escolar. **Conexões**, v. 1, n. 1,

p. 55-70, 2003.

SADI, Renato Sampaio. Impactos da regulamentação no projeto pedagógico ideal para a Educação Física escolar. **Revista Brasileira de Ciências e do Esporte**, v. 21, n. 2, 2000.

SADI, Renato Sampaio. Política do conselho Federal de Educação Física: Limites e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 24, n. 3, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Autores associados, 2018.

STEINHILBER, Jorge. A regulamentação da Educação Física e os conselhos profissionais. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 20, n. 1, p. 22-31, 1998.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Colégio Brasileiro de ciências do Esporte: 40 anos de desafios e o fardo. **Memória e história do CBCE**, v. 1, p. 27-50, 2019.

VAZ, Alexandre Fernandez. Regulamentação da “profissão”: Desejos e mal-estares. **Movimento**, v. 7, n. 14, p. 20-27, 2001.

VAZ, Paulo. Consumo e risco: mídia e experiência do corpo na atualidade. **Comunicação mídia e consumo**, v. 3, n. 6, p. 37-61, 2008.